

MONUMENTO SEM DIÁLOGO

INTERVENÇÕES COM TINTA NO *MONUMENTO ÀS BANDEIRAS*, DE BRECHERET, CRIA CONFLITO ENTRE GRUPOS QUE DEFENDEM A PRESERVAÇÃO DA OBRA E AQUELES QUE ENXERGAM NELA UMA FORMA DE APOLOGIA AOS HOMENS QUE EXTERMINARAM ÍNDIOS DURANTE A COLONIZAÇÃO

POR MARIANA TESSITORE

DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL pela prefeitura de São Paulo, o então candidato João Doria (PSDB) fez um vídeo em frente ao *Monumento às Bandeiras*. Ele condenava a “deprecação” da obra que, na noite do dia 29 de setembro, fora pintada de vermelho por um casal, conforme registrado por câmeras de segurança da prefeitura. Na mesma noite, a escultura do Borba Gato, outro bandeirante, também apareceu tingida, da mesma cor. Em janeiro, Doria tomou posse como prefeito de São Paulo, iniciando uma ação polêmica de limpeza de muros, apagando grafites e pichações. Mas sobrou, do episódio protagonizado pelo *Monumento às Bandeiras*, cartão-postal da cidade, outro debate, para além da questão que dividiu defensores do grafite e das ações encampadas pelo poder público. A pichação da obra de Brecheret carregava em si uma segunda manifestação política, ainda mais específica, uma vez que a obra de Victor Brecheret faz homenagem aos pioneiros da colonização. Idealizada na década de 1920, a escultura foi inaugurada mais de 30 anos depois, em 1953, nas comemorações do quarto centenário da cidade. O monumento é composto por 240 blocos de granito, cada um pesando 50 toneladas. Trata-se de uma representação dos bandeirantes, personagens controversos da história paulista, ora associados ao progresso da nação, ora ao extermínio dos grupos indígenas.

A produção de Brecheret possui defensores e críticos. O coordenador da Comissão Guarani Yvyrupá, Marcos Tupã, comenta o significado da obra para as comunidades indígenas. “Para nós, esse monumento representa uma ofensa, assim como as rodovias que têm nome de bandeirantes, como a Anhanguera e a Raposo Tavares”, ressalta.

Em 2013, o grupo organizado por Tupã realizou um protesto contra a Proposta de Emenda à Constituição

215, que propunha retirar do Executivo a autonomia da demarcação de terras, transferindo-a para o Congresso Nacional. O ato também levou os manifestantes a pintar, também de vermelho, o *Monumento às Bandeiras*, tal qual na ação do ano passado.

“A história de São Paulo tem os bandeirantes como heróis, mas para nós eles representam o contrário, tendo perseguido e matado os nossos antepassados. É uma herança terrível, que continua até hoje na bancada ruralista dentro do Congresso. Com a nossa intervenção, queríamos chamar a atenção para essa continuidade”, afirma Tupã.

Neste ano, outro grupo realizou uma ação em frente ao monumento. Convidado pela Secretaria de Cultura de São Paulo, o coletivo SP Safari promoveu um encontro para refletir sobre a história da cidade, a partir da obra de Brecheret. Um dos idealizadores da ação, o professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP Renato Cymbalista, comenta a complexidade do assunto.

“Na conversa, nós abordamos as diversas leituras possíveis a respeito da obra. Falamos sobre a trajetória do Brecheret, a história do monumento, que foi interrompido durante o Estado Novo e inaugurado apenas em 1953, a figura dos bandeirantes e os protestos indígenas.” O urbanista defende que é preciso discutir o significado do monumento com a sociedade: “Ele foi feito para enaltecer a figura do bandeirante de uma maneira que a gente não pode mais fazer hoje em dia”, afirma.

O artista Guto Lacaz, por sua vez, é fã declarado da obra, que já inspirou um livro seu chamado *O Roubo do Monumento às Bandeiras*. Na ficção, a escultura decide dar um passeio pelo mundo para conhecer os patrimônios da humanidade. “O livro é uma brincadeira. Queria discutir como os monumentos são pouco valorizados, tanto que, no final, a obra volta e não tem mais onde ficar,



FUNCIONÁRIO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO RETIRA TINTA DE INTERVENÇÃO FEITA NO *MONUMENTO ÀS BANDEIRAS*

pois construíram um shopping em seu lugar”, comenta. Lacaz não acha que o monumento deva ser derrubado. “Sinceramente, penso que essas pessoas não entenderam nada. Claro que as bandeiras têm esse lado cruel, como toda parte vencedora da história. Se for assim, não há monumento que possa ficar em pé, tudo faz parte do jogo do poder. A partir dessa lógica, os santos, o Coliseu e mesmo o próprio Cristo Redentor seriam derrubados, não sobraria nada”, afirma.

Tupã acredita que, por tudo o que a peça representa para as comunidades indígenas, ela poderia sim ser destruída. “Essa seria a melhor saída. Mas como isso é algo complicado, acho que, ao menos, deveria haver uma placa explicativa contando a história indígena.”

A possibilidade de conciliação também é mencionada por Cymbalista: “A gente não precisa dizer que os bandeirantes eram a melhor maravilha do mundo e também não precisa defender que a escultura seja destruída. Como sociedade, devemos construir respostas melhores

do que essa polarização. Eu posso mobilizar a escultura com toda a complexidade que ela desperta”.

Mesmo reconhecendo a legitimidade das intervenções, o urbanista defende que o papel do poder público é de zelar pela preservação do monumento. “O Estado precisa garantir a salvaguarda da obra. Só que ele não pode fingir que não está acontecendo nada. É preciso pensar em soluções. Por exemplo: criar um conselho gestor e permitir que os índios façam uma intervenção e contem a sua versão da história. O Estado precisa colocar o monumento em movimento, senão, aí sim, ele será destruído.”

Tupã ressalta o incômodo de não se ver representado por um cartão-postal da cidade: “Acho que esse monumento não deveria ser considerado um patrimônio público, já que ele ofende uma parcela da sociedade. É muito desagradável saber que algo tido como público está nos desconsiderando. Para nós, o monumento traz uma memória dolorosa, triste mesmo”.



IMAGENS DO LIVRO *O ROUBO DO MONUMENTO ÀS BANDEIRAS*, DO ARTISTA GUTO LACAZ